

VINICIUS GOMES DE
VASCONCELLOS

COLABORAÇÃO PREMIADA

NO PROCESSO
PENAL

2ª edição

revista, atualizada e ampliada

THOMSON REUTERS

**REVISTA DOS
TRIBUNAIS™**

*Diretora de Conteúdo e Operações Editoriais***JULIANA MAYUMI ONO***Editorial:* Andréia Regina Schneider Nunes, Cristiane Gonzalez Basile de Faria, Diego Garcia Mendonça, Luciana Felix, Marcella Pâmela da Costa Silva e Thiago César Gonçalves de Souza*Analista Editorial:* Karolina de Albuquerque Araújo*Assistente Editorial:* Francisca Lucélia Carvalho de Sena*Produção Editorial**Coordenação***IVIE A. M. LOUREIRO GOMES***Lider Técnica de Qualidade Editorial:* Maria Angélica Leite*Analista de Projetos:* Larissa Gonçalves de Moura*Analistas de Operações Editoriais:* Damares Regina Felício, Danieile Castro de Moraes, Felipe Augusto da Costa Souza, Gabriele Laís Sant'Anna dos Santos, Maria Eduarda Silva Rocha, Mayara Macioni Pinto, Patrícia Melhado Navarra, Rafaela Araujo Akiyama e Thais Rodrigues Sampaio*Analistas de Qualidade Editorial:* Carina Xavier, Daniela Medeiros Gonçalves Melo e Maria Cecília Andreo*Estagiários:* Angélica Andrade, Beatriz Brandão Belo Bicker, Miriam da Costa Leite, Nicolas Eugênio Almeida Bueno e Sthefany Moreira Barros*Capa:* Brenno Stolagli Teixeira*Controle de qualidade de diagramação:* Carla Lemos*Equipe de Conteúdo Digital**Coordenação***MARCELLO ANTONIO MASTROROSA PEDRO***Analistas:* Ana Paula Cavalcanti, Jonatan Souza, Luciano Guimarães e Rafael Ribeiro*Administrativo e Produção Gráfica**Coordenação***MAURICIO ALVES MONTE***Analistas de Produção Gráfica:* Aline Ferrarezi Regis e Rafael da Costa Brito**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Vasconcellos, Vinicius Gomes de.

Colaboração premiada no processo penal / Vinicius Gomes de Vasconcellos. – 2. ed. rev., atual. e ampl. – São Paulo : Thomson Reuters Brasil, 2018.

ISBN: 978-85-532-1076-3

1. Delação premiada (Processo penal) 2. Delação premiada (Processo penal) – Brasil 3. Processo penal 4. Processo penal – Brasil I. Título.

18-17271

CDU-343.231(81)

Índices para catálogo sistemático: 1. Brasil : Delitos : Processo penal 343.231(81)

SUMÁRIO

NOTA DO AUTOR À 2.ª EDIÇÃO	9
INTRODUÇÃO	15
1. VISÃO GERAL DA JUSTIÇA CRIMINAL NEGOCIAL: PREMISSAS PARA O ENFRENTAMENTO DO TEMA	21
1.1. Mecanismos negociais no processo penal contemporâneo: contornos atuais e propostas futuras	22
1.1.1. Conceitos preliminares: justiça criminal negocial, oportunidade, barganha e colaboração premiada	23
1.1.2. A justiça criminal negocial no processo penal brasileiro: introdução à situação atual e às propostas de ampliação	28
1.1.3. A normativa internacional como incentivo aos mecanismos de colaboração do imputado no processo penal	36
1.2. Críticas à lógica negocial no processo penal: as tensões com o devido processo legal.....	40
1.3. Conclusões parciais: a necessidade de limitação à colaboração premiada e de proteção ao direito de defesa.....	52
2. COLABORAÇÃO PREMIADA NO PROCESSO PENAL BRASILEIRO: INTRODUÇÃO AO INSTITUTO E AO SEU REGRAMENTO NORMATIVO	59
2.1. Conceitos e contornos essenciais da colaboração premiada	59
2.1.1. Denominação: a divergência entre chamamento do corréu, arrependidos, colaboração e delação premiada	64
2.1.2. Discussões sobre terminologia da prova: a colaboração premiada como fenômeno processual complexo	66
2.1.3. A natureza do depoimento do delator: caracterização em razão do interesse no caso	73
2.2. O desenvolvimento do regramento legal da delação no ordenamento brasileiro.....	77
2.2.1. Conflito de normas e a legislação aplicável atualmente.....	81
3. ATORES ENVOLVIDOS NA COLABORAÇÃO PREMIADA: OS PAPÉIS DETERMINADOS PELA LÓGICA NEGOCIAL	89
3.1. Colaborador/delator e sua defesa	90

3.1.1.	Direito à colaboração premiada?	91
3.1.2.	O inafastável acompanhamento por advogado em todos os atos da colaboração.....	96
3.2.	Proponente – Ministério Público e Delegado de Polícia(?)	99
3.3.	Julgador: o papel do juiz diante da colaboração premiada	105
3.3.1.	Na homologação do acordo: controle formal e análise preliminar da adequação ao caso.....	106
3.3.2.	Vinculação do juiz ao acordo no momento do sentenciamento....	112
3.4.	Corréus incriminados: a primordial proteção do direito de defesa e do contraditório.....	116
3.4.1.	Direito de impugnação na formalização do acordo de colaboração premiada	116
3.4.2.	Direito ao confronto e o exame cruzado das declarações do colaborador	123
4.	PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE E REQUISITOS DE VALIDADE DA COLABORAÇÃO PREMIADA: CRITÉRIOS PARA ORIENTAR A PROPOSTA E O CONTROLE DA JUSTIÇA CRIMINAL NEGOCIAL	127
4.1.	As disposições da Lei 12.850/13 e a posição do Supremo Tribunal Federal ..	128
4.2.	Proposta de sistematização: os critérios para a admissibilidade e validade do acordo de colaboração premiada no processo penal.....	128
4.2.1.	Pressupostos para admissibilidade do acordo	129
4.2.1.1.	Adequação/idade: a verificação da potencial colaboração e sua pertinência ao caso investigado	132
4.2.1.2.	Necessidade.....	136
4.2.1.3.	Proporcionalidade	138
4.2.1.4.	Outras problematizações.....	140
4.2.2.	Requisitos de validade do acordo	148
4.2.2.1.	Voluntariedade.....	149
4.2.2.2.	Inteligência/informação	158
4.2.2.3.	Adequação/exatidão.....	160
4.2.2.4.	Assistência de defensor técnico	161
5.	CLÁUSULAS DO ACORDO, BENEFÍCIOS, RENÚNCIAS E OBRIGAÇÕES: OS LIMITES À COLABORAÇÃO PREMIADA.....	163
5.1.	Benefícios ao colaborador: necessidade de respeito à legalidade	163
5.1.1.	O modelo premial previsto na Lei 12.850/13 e o seu esvaziamento na prática atual.....	167
5.1.2.	Crítérios para definição do benefício no momento do acordo	177

5.2.	Renúncias impostas ao colaborador	183
5.2.1.	A impossibilidade de renúncia do direito de acesso à Justiça.....	184
5.2.2.	Renúncia do direito de não autoincriminação e dever de veracidade	187
5.3.	Obrigações assumidas pelo colaborador	191
5.3.1.	Aceitação de provas ilícitas?	194
5.3.2.	Necessidade de convencimento de outros corréus e “colaboração em massa”	195
5.3.3.	Dever de colaboração permanente e genérica?	196
5.3.4.	Início do cumprimento antecipado da pena fixada no acordo	197
6.	FASES DA COLABORAÇÃO PREMIADA: MOMENTOS DO ACORDO E O PROCESSO DE COLABORAÇÃO	199
6.1.	Negociações	200
6.2.	Formalização e homologação.....	205
6.2.1.	Poderes do julgador na decisão homologatória: recusa, adequação ao caso concreto e controle de cláusulas.....	211
6.2.2.	Juízo competente para homologação e consequências ao julgamento de fatos distintos	218
6.3.	Colaboração efetiva e atos de execução do acordo: a importância da produção da prova em contraditório.....	222
6.3.1.	O pós-acordo e seus riscos para a manutenção da colaboração para obtenção dos benefícios.....	229
6.4.	Sentenciamento e concretização do benefício	231
6.4.1.	Direito subjetivo do colaborador ao prêmio	232
6.4.2.	Dever de motivação judicial sobre a determinação do benefício ..	235
6.4.3.	Critérios para determinação do benefício concreto.....	236
6.4.3.1.	Relatório de avaliação da efetividade da colaboração.....	239
6.4.4.	Controle do benefício em âmbito recursal e impugnativo.....	240
6.5.	Colaboração premiada após o início do processo (colaboração intercorrente) ou da sentença de primeiro grau (colaboração tardia)	241
6.6.	Colaboração premiada na execução penal.....	244
6.7.	O não oferecimento da denúncia em relação ao colaborador (art. 4º, § 4º, Lei 12.850/13): espaço de não obrigatoriedade da ação penal?	245

7. VALORAÇÃO DOS ELEMENTOS PROBATÓRIOS PRODUZIDOS EM RAZÃO DA COLABORAÇÃO PREMIADA.....	251
7.1. Distinção entre elementos informativos e probatórios produzidos pela colaboração premiada	252
7.2. A valoração da colaboração premiada no juízo condenatório da sentença.....	254
7.2.1. Confiabilidade interna	257
7.2.2. Corroboração externa	258
7.2.3. Corroboração cruzada: uma colaboração premiada pode ser o elemento de confirmação de outra?	261
7.3. A colaboração premiada como fundamento de medidas cautelares, de início a investigações ou para o recebimento da denúncia	261
8. PUBLICIDADE E SIGILO DA COLABORAÇÃO PREMIADA.....	265
8.1. Sigilo do acordo no processo.....	265
8.1.1. Sigilo e compartilhamento de informações (ex. CPI e cooperação jurídica internacional)	272
8.1.2. A publicidade como regra: proposta para limitação do sigilo da colaboração premiada.....	275
8.2. Direitos do colaborador e anonimato no processo penal.....	277
9. RETRATAÇÃO E RESCISÃO DO ACORDO DE COLABORAÇÃO PREMIADA.....	283
9.1. Procedimento de verificação de descumprimento para rescisão do acordo	288
9.2. (Des)Cumprimento parcial, rescisão e concessão de benefícios.....	288
9.3. Utilização (aproveitamento) das provas produzidas em razão do acordo de colaboração desfeito	290
10. ILICITUDE DO ACORDO DE COLABORAÇÃO PREMIADA E CONTAMINAÇÃO DAS PROVAS DERIVADAS	295
10.1. Colaboração premiada e encontro fortuito de provas.....	299
11. TUTELA PENAL DE PROTEÇÃO À COLABORAÇÃO PREMIADA.....	301
11.1. Tipos penais incriminadores para proteção da eficácia da colaboração premiada.....	301
11.2. Revisão criminal e coisa julgada em favor do colaborador.....	303
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	305
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	311
APÊNDICE: CÓDIGO DE ÉTICA DA ADVOCACIA NA JUSTIÇA CRIMINAL NEGOCIAL: PROPOSTA DE REGRAS DEONTOLÓGICAS PARA INTEGRIDADE DEFENSIVA NA COLABORAÇÃO PREMIADA.....	329